



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO



ORGANIZAÇÃO E GESTÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO

RELATÓRIO FINAL

(Ano de 2010)

I. INTRODUÇÃO

A diversidade de públicos educativos e a necessidade de melhorar e enquadrar a oferta da acção inspectiva para garantir o sucesso dos alunos levou, entre outras medidas, à flexibilização de respostas, adequando-as à especificidade do contexto em presença, ao nível da escola, da turma, ou do aluno.

Em consequência dos processos de desenvolvimento e de gestão do currículo, do ensino, da aprendizagem e da avaliação dos alunos, são esperados resultados que também se podem constituir como medida da qualidade do trabalho desenvolvido pela escola.

Daqui decorre um pressuposto organizacional consubstanciado num conjunto de instrumentos – projecto educativo da unidade orgânica, projecto curricular da escola e projecto curricular da turma.

A elaboração e implementação destes documentos envolvem a tomada de decisões – ao nível da coordenação pedagógica, da coordenação da turma e da articulação curricular, – pelos órgãos de administração e gestão, particularmente o conselho pedagógico, e pelas estruturas, quer de gestão intermédia, o conselho de núcleo, quer de orientação educativa, departamentos curriculares, conselho de turma, conselho de directores de turma, coordenação de ano, ciclo ou curso, serviço especializado de apoio educativo, entre outras.

As estruturas, de gestão intermédia e de orientação educativa, devem produzir ainda outros instrumentos de planeamento: planificações anuais; adequação do currículo aos interesses e necessidades específicos dos alunos; elaboração de medidas de reforço das didácticas específicas das disciplinas; avaliação por referência aos critérios estabelecidos, na especificidade de cada turma; matrizes de exames, quando for o caso; instrumentos de registo – actas ou ordens de serviço, de que constem aquelas opções de flexibilização curricular. Estas traduzem-se em intenções próprias – prioridades, níveis de aprofundamento ou sequências adequadas dos conteúdos programáticos – tomadas com o fim último de melhorar o sucesso educativo dos alunos.

A execução do processo de ensino e aprendizagem – consubstanciada nos documentos estruturantes da escola, nas decisões dos órgãos de gestão e administração e nas estruturas de gestão intermédia e de orientação educativa – cabe aos docentes cuja actividade lectiva deverá ser o resultado do trabalho organizativo desta rede de intervenientes.

A actividade *Organização e Gestão Curricular do Ensino Básico* parte da organização pedagógica das unidades orgânicas e segue o percurso até à sala de aula, pois todo o trabalho desenvolvido a montante tem por finalidade a optimização da prática lectiva, visível, em última instância, no sucesso escolar do seu público educativo.

I. 1 Objectivos da acção

- Contribuir para um processo de mudança sistemático e contínuo de atitudes e metodologias;
- Reforçar a coordenação pedagógica e curricular entre os órgãos de administração e gestão, particularmente o conselho pedagógico, as estruturas de gestão intermédia – o conselho de núcleo em escolas com 1.º ciclo – e as de orientação educativa;
- Promover uma cultura de auto-avaliação;
- Fomentar uma reflexão crítica permanente nos órgãos e nas estruturas pedagógicas da escola sobre o seu desempenho e resultados;
- Conhecer as implicações da avaliação da gestão curricular;
- Verificar a adequação do currículo ao contexto unidade orgânica;
- Analisar em contexto de sala de aula a consecução do proposto no Projecto Curricular de Turma (PCT);
- Apoiar os professores na reflexão sobre as soluções para a optimização da sua prática lectiva;
- Observar a função reguladora da avaliação no processo de desenvolvimento de competências;
- Verificar as medidas decorrentes da avaliação da qualidade do sucesso;
- Facilitar o aperfeiçoamento da organização pedagógica da unidade orgânica no processo educativo dos anos subsequentes à intervenção.

I. 2 Intervenções realizadas

Ano de 2010	Fases de intervenção
EBS da Calheta EBI Roberto Ivens	1.ª fase 1.ª fase
EBS das Velas EBS S. Roque do Pico ES Vitorino Nemésio ES da Ribeira Grande	2.ª fase (concretizada a 1.ª em 2009) 2.ª fase (concretizada a 1.ª em 2009) 2.ª fase (concretizada a 1.ª em 2009) 2.ª fase (concretizada a 1.ª em 2009)

I. 3 Razões da escolha da intervenção

EBS da Calheta	Continuação do programa de cobertura, com uma segunda intervenção na mesma ilha e num estabelecimento de ensino da mesma tipologia.
EBI Roberto Ivens	Continuação do programa de cobertura de Ponta Delgada, depois da ES das Laranjeiras, onde foi realizada uma auditoria, programa que antecedeu a presente intervenção inspectiva, e ES Domingos Rebelo.

I. 4 Intervenção e equipas inspectivas

1.^a Fase:

- 1.^o momento: diversas equipas da unidade orgânica autoavaliaram-na, no que respeita à organização/concretização dos documentos fundamentais e ao funcionamento dos instrumentos de planeamento das diversas estruturas de gestão intermédia e de orientação educativa, segundo guião fornecido pela equipa de dois inspectores, certificando e validando estes a autoavaliação realizada;
- 2.^o momento: a equipa de quatro inspectores, subdividida em dois grupos, um acompanhado pelo presidente do conselho executivo, pelo coordenador de departamento e/ou pelo director de turma, o outro pelo vice-presidente daquele órgão, pelo coordenador de núcleo e/ou departamento, observaram a prática lectiva em aulas escolhidas pelo estabelecimento de ensino, respectivamente no 2.^o/3.^o ciclo e 1.^o ciclo;

2.^a Fase: no presente ano lectivo, um inspector foi observar documentalmente a execução do Plano de Melhoria elaborado pelas unidades orgânicas intervencionadas no ano lectivo anterior, no final da 1.^a fase de intervenção.

I. 5 Anos de escolaridade observados

2010	2.º, 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo 5.º ano do 2.º ciclo 6.º ano do 2.º ciclo 7.º ano do 3.º ciclo
------	--

I. 6 Disciplinas observadas

2010	Língua Portuguesa Matemática Área C. não Disciplinar: - Cidadania	2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º 5.º e 6.º
------	--	---

II. INCIDÊNCIA DA AUTOAVALIAÇÃO

- PEE
- PCE
- PCT
- Conselho Executivo
- Conselho Pedagógico
- Departamentos
- Conselho de Turma
- Prática lectiva

II. 1 Áreas de Melhoria

No quadro que se segue, apresentam-se as áreas de melhoria mais referenciadas pelas escolas intervencionadas durante a 1.ª fase da actividade, face aos indicadores em presença, relativamente a cada um dos aspectos em análise: documentos estruturantes, órgãos de gestão e estruturas de gestão intermédia:

Aspectos de análise	Indicadores	Áreas de melhoria
Projecto Educativo	Contexto e identidade da prática educativa	Caracterização da comunidade educativa de acordo com as suas especificidades, relevando as potencialidades, sem esquecer as fragilidades.
	Objectivos educativos	Sintetização daqueles, centralizando-os no essencial da acção educativa.
	Recursos educativos	Integração do 1.º ciclo no edifício principal; Maior e melhor integração dos EE; Dotação de recursos informáticos.
	Estratégias para a acção educativa	Estabelecer a correlação das estratégias e dos recursos para a facilitação e optimização da concretização dos objectivos.
	Formas de avaliação	Estabelecimento de metas de execução; Avaliação da qualidade dos resultados.
Projecto Curricular de Escola	Critérios de distribuição do serviço lectivo	Importação deste indicador de outros documentos onde ele está considerado.
	Definição do perfil do director de turma	Em função das opções curriculares da unidade orgânica e das características específicas dos alunos/turmas e da realidade do corpo docente, definição daquele perfil.

(Distribuição da carga lectiva, critérios de formação de turmas, indicadores considerados completos).	Critérios e orientações para ACND	Clarificação dos critérios e orientações.
	Orientações sobre as articulações das competências gerais/conteúdos e vertical e horizontal	Conclusão da reflexão iniciada nos departamentos curriculares e integração no documento das conclusões.
	Orientações para o AE e para os alunos com NEE, a serem concretizadas no PAE	Definição das orientações para o apoio educativo, aquilatando da possibilidade do apoio dentro de sala de aula.
	Actividades, objectivos e regime de funcionamento aprovados	Precisão dos objectivos, do regime de funcionamento e das metas de realização das actividades de enriquecimento curricular a desenvolver, bem como das orientações e dos critérios para o funcionamento das TIC;
	Critérios gerais de avaliação para todas as disciplinas/ano de escolaridade	Importação deste indicador de outros documentos onde ele está considerado.
Projecto Curricular de Turma	Planificação da acção educativa de acordo com os pontos de partida dos alunos	Identificação do ponto de partida em teste diagnóstico e apresentar e discutir os resultados em conselho de turma.
	Reajuste da planificação	Justificação dos reajustes perante a avaliação realizada.
	Níveis de aprofundamento e sequências adequadas à especificidade de cada grupo	Actividades programadas com níveis de execução de acordo com as dificuldades e capacidades detectadas; Avaliação dos conhecimentos tendo em atenção a forma de

(Diagnóstico da turma, identificação de diferentes ritmos de aprendizagem e das nee, indicadores considerados completos).		apresentação e de aprofundamento dos conteúdos.
	Adaptação de critérios de avaliação às características específicas da turma	Depois de se precisarem os conceitos de critério, ponderação e parâmetros ao nível da UO, fazer as adaptações dos critérios a cada turma.
	Garantia do carácter globalizante e integrador na avaliação dos alunos	Criação de instrumentos de acompanhamento da situação concreta do aluno.
	Articulação entre o professor da área curricular disciplinar e o do apoio educativo/núcleo de educação especial	Formalização dos momentos de encontro entre os vários intervenientes da turma.
	Definição em conselho de turma de critérios de actuação comum com os alunos	Registo dos critérios estabelecidos e garantir o seu cumprimento por todos os professores do CT.
	Definição de modos de trabalho em equipa (conselho de núcleo/turma)	Previsão de modos de trabalho em equipa e sua concretização (calendarização, matérias a questionar, deliberações...)
Conselho Pedagógico (Critérios de avaliação e apoio educativo, indicadores considerados completos).	Planificações	Consideração das planificações, verificando a consecução dos princípios definidos.
	Modalidades especiais de educação escolar	Definição de princípios e critérios para as modalidades especiais, para além dos NEE.
	Avaliação e acompanhamento da execução das suas deliberações e recomendações	Formalização das diferentes formas de acompanhamento e avaliação da concretização das deliberações e recomendações do órgão.

<p>Departamento (Articulação curricular, propostas de diversificação curricular em função das necessidades dos alunos, propostas para a melhoria do rendimento escolar dos alunos, indicadores considerados completos).</p>	<p>Planificação anual do trabalho do departamento</p>	<p>Planificação no início de cada ano escolar do trabalho a executar.</p>
	<p>Reflexão sobre a adequação dos planos curriculares à realidade da UO</p>	<p>Reflexão e decisão sobre a adequação dos planos curriculares à realidade da UO.</p>
	<p>Indicação das medidas de reforço das didácticas específicas das disciplinas</p>	<p>Sistematização das medidas de reforço.</p>
	<p>Análise dos resultados escolares dos alunos</p>	<p>Análise dos resultados, tendo em vista a adopção de medidas para a superação do insucesso</p>

II. 2 No quadro que se segue, conclusões mais prementes e frequentes da equipa inspectiva sobre a prática lectiva de professores do 1.º ciclo. Conclusões apresentadas e debatidas com os professores observados.

<p>Apresentação</p>	<p>Houve diferenciação pedagógica, na tentativa de responder a todas as necessidades/dificuldades apresentadas.</p> <p>Reduzida diversificação metodológica, diminuindo a dinâmica e a operacionalidade do trabalho.</p> <p>De um modo geral, a linguagem foi a adequada.</p>
<p>Articulação da actividade</p>	<p>A mobilização de conhecimentos anteriores foi uma dominante.</p> <p>Para além do aperfeiçoamento do discurso oral, a comunicação deverá promover a compreensão e o desenvolvimento do espírito crítico – por vezes, este foi submergido pela tentativa imediata de sistematização e de consolidação das aprendizagens.</p> <p>Nem sempre a conceptualização em matemática se socorreu da manipulação de materiais, ao arrepio da exigência do estágio operativo concreto, mas sim de situações problema.</p>
<p>Sistematização</p>	<p>Dever-se-á ter em atenção que a sistematização da aprendizagem passa pela aplicação dos conhecimentos a novas situações e não apenas na repetição das actividades propostas.</p>
<p>Interacção professor/aluno</p>	<p>Verificou-se a existência de empatia na relação professor/aluno e aluno/aluno.</p> <p>Em determinadas turmas, verificou-se a valorização do esforço dos alunos com expressões de incentivo.</p>

<p>Trabalho de casa</p>	<p>As propostas de TPC tiveram uma expressão residual, incidindo sobre reforço e recuperação de aprendizagens.</p> <p>O trabalho de casa poderá ser individualizado, adequando-o a cada aluno.</p>
<p>Verificação das aprendizagens</p>	<p>A verificação das aprendizagens, observada na dimensão do trabalho desenvolvido no dia, confinou-se a trabalhos individuais / de grupo e fichas de trabalho, produzidas pelo docente e das constantes do manual.</p> <p>Aferindo, verificando e registando os conhecimentos, capacidades e interesses dos alunos, assegura-se a informação que permite identificar os pontos fortes e as dificuldades e a consequente adaptação das actividades.</p>
<p>Transmissão da informação</p>	<p>A indicação dos progressos, associada à valorização do esforço, através do fomento de expectativas positivas, foi uma dominante.</p> <p>A actividade lectiva deve conter momentos reguladores da aprendizagem para que os docentes a partir daí possam organizar/planificar as aulas dando resposta à superação de dificuldades e/ou ao estímulo da realização de exercícios de grau de complexidade crescente.</p> <p>Deverá ser respeitada a individualidade de cada aluno quanto ao ritmo e estilo de aprendizagem.</p>

<p>Atenção e trabalho específico com alunos com dificuldades de aprendizagem</p>	<p>Num caso, verificou-se a intervenção da docente de apoio educativo, na sala de aula, na superação das dificuldades de uma aluna cuja língua materna não é o português.</p> <p>Algumas outras situações de apoio educativo poderiam ter sido também em contexto de sala de aula, uma vez que os alunos em causa, por apresentarem um ritmo de aprendizagem mais lento, necessitavam só da presença mais próxima/continuada de um docente e de uma sistematização mais focalizada.</p> <p>Noutro caso, a observação permitiu perceber que a actividade desenvolvida, se bem que relacionada e acordada com o docente titular de turma, enfermava de falta de planificação decorrente de uma articulação ainda não realizada.</p>
<p>Atenção e trabalho específico com alunos com necessidades educativas especiais</p>	<p>Os alunos com necessidades educativas especiais beneficiaram de apoio fora da sala de aula.</p>

II. 3 No quadro que se segue, conclusões mais prementes e frequentes da equipa inspectiva sobre a prática lectiva de professores do 2.º e 3.º ciclos. Conclusões apresentadas e debatidas com os professores observados.

<p>Apresentação</p>	<p>A diferenciação pedagógica existiu pontualmente.</p> <p>A par de um domínio adequado dos termos e dos conceitos específicos de cada disciplina, exige-se que cada docente se expresse com a máxima correcção e que corrija sempre os alunos. A transversalidade da língua portuguesa, na oralidade bem como na escrita, nem sempre se converteu na exigência de uma prática correcta.</p> <p>Em regra, foi observada a diversificação de metodologias, se bem que nalguns casos de forma desequilibrada, ora reduzidas, ora excessivas face à situação.</p>
<p>Articulação da actividade</p>	<p>Na generalidade, verificou-se a mobilização de conhecimentos anteriores, embora, num grande número de vezes, sem o enquadramento rigoroso e a síntese necessária, pelo que a implicação dos conteúdos não foi sempre evidente.</p> <p>Em alguns casos, a aquisição de novos conhecimentos foi bem conseguida. Noutros, pela insegurança disciplinar e/ou científica dos professores, pela aplicação de metodologias e estratégias inadequadas à situação real da turma, a leccionação de novos conhecimentos deu lugar à confusão e ao distúrbio. Situações colmatadas só parcialmente nas aulas subsequentes observadas.</p> <p>O docente tem que se certificar que, mais do que a informação, o aluno tem a compreensão do conteúdo apresentado. Assim, as tentativas de aplicação dos conhecimentos supostamente adquiridos na aula, sobretudo na realização de fichas, só veio demonstrar a não compreensão dos conteúdos leccionados.</p> <p>Regra geral, não foi evidente o desenvolvimento</p>

	<p>do espírito crítico dos alunos. As intervenções críticas foram sobretudo espontâneas e fruto de alguma rebeldia.</p>
<p>Sistematização</p>	<p>As fichas de trabalho, o caderno diário e o manual foram os instrumentos de registo privilegiados. O uso excessivo daquelas torna redutor o registo das actividades, considerando a diversidade de instrumentos que devem ser oferecidos aos alunos.</p> <p>A sistematização da aprendizagem passa pela aplicação dos conhecimentos a novas situações e não apenas na repetição das actividades propostas.</p> <p>Uma auto-avaliação observada teve a finalidade reguladora da aprendizagem, pois não só permitiu ao aluno consciencializar-se dos erros cometidos e das razões que lhe estiveram subjacentes, como permitiu ao docente apontar as respostas para a superação.</p>

<p>Interacção professor/aluno</p>	<p>Em geral, existe empatia professor/aluno e aluno/aluno.</p> <p>As metodologias e estratégias não são discricionárias, mas respondem a uma realidade, visando um fim determinado. São para o aluno em concreto, constituindo-se, também, como desafio para uma maior concentração e aquisição de um ritmo de trabalho consentâneo com a idade e escolaridade que apresenta.</p> <p>Em alguns casos, a indisciplina (interrupções da aula a despropósito, conversas paralelas e brincadeiras), o domínio hesitante dos conteúdos programáticos e o ímpeto de diversas metodologias e estratégias não permitiram a coesão de grupos.</p> <p>Na presença de diversos subgrupos, é importante mantê-los todos ocupados, a trabalhar, sem tempos mortos, propiciadores de situações de indisciplina.</p> <p>A valorização do esforço tem que ser evidente para o aluno que se empenha e que consegue superar-se. Para que a mensagem lhe chegue e seja um prémio, que reforçará a sua motivação, deverá ser audível por todos os alunos da turma.</p>
<p>Trabalho de casa</p>	<p>A correcção do TPC é um momento de aprendizagem, pelo que se deverá dar atenção a todos os alunos e equacionar a resposta de todos, não deixando que subsistam dúvidas.</p> <p>É necessário prever com cuidado o trabalho de casa para que ele tenha uma função concreta e não a de realização de actividades que não foram concluídas na aula.</p>

<p>Verificação das aprendizagens</p>	<p>Há muitos recursos para além da ficha de trabalho. A utilização em todas as aulas de fichas banalizará este instrumento e facilitará a desmotivação.</p> <p>A constituição dos grupos deverá ser criteriosa, como o observado num caso, e não a deixar sempre entregue aos alunos. Para além de responder a interesses de aprendizagem, deverá constituir-se também como um momento disciplinador.</p> <p>A correcção de fichas do trabalho realizado na aula deve ser exaustiva e assertiva, esgotando as situações problema/dúvidas.</p>
<p>Transmissão da informação</p>	<p>Porque nem toda a informação transmitida é apreendida pela totalidade dos alunos, justifica-se a prática da avaliação formativa, não só como forma de consciencializar aqueles para as matérias adquiridas e não adquiridas, mas também para fornecer elementos preciosos ao docente sobre o progresso realizado.</p>
<p>Atenção e trabalho específico com alunos com dificuldades de aprendizagem</p>	<p>Situação não observada.</p> <p>O apoio educativo é uma forma de mobilizar e articular recursos, quer humanos, quer materiais, em benefício dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e que têm necessidades educativas especiais.</p>
<p>Atenção e trabalho específico com alunos com necessidades educativas especiais</p>	<p>No caso verificado, os alunos com necessidades educativas especiais beneficiaram de apoio fora da sala de aula.</p>

Observações:

- Não foi possível concluir que as aulas observadas foram o resultado do trabalho de articulação realizado ao nível do Conselho de Núcleo e/ou do Departamento Curricular.

- A leccionação nem sempre tem em conta a especificidade da turma/aluno, em consequência da não utilização do Projecto Curricular de Turma como instrumento de trabalho do universo turma.
- Exortou-se as escolas a promover a observação/participação de docentes nas aulas uns dos outros, particularmente de colegas do mesmo grupo disciplinar. O desconforto inicial dará lugar à reflexão e a uma rica aprendizagem.

II. 4 Planos de melhoria

Os dados relativos a este item resultam da informação colhida durante a 2.ª fase da actividade, sendo, por isso, relativos à observação realizada nas EBS das Velas e S. Roque e ES Vitorino Nemésio e da Ribeira Grande:

II. 4.1 Acções de melhoria prioritárias

Unidade Orgânica	Acções de melhoria consideradas prioritárias
EBS das Velas	Reformulação do PEE, procurando encontrar as respostas para as situações identificadas; Reformulação do PCE, congregando documentação dispersa e diversa; Reformulação do PCT, incorporando a informação do documento do ano anterior; realização de um teste diagnóstico; Conselho Pedagógico, reflexão sobre avaliação e definição dos critérios; Departamento Curricular, optimização do exercício das competências; definição dos critérios gerais de avaliação.
EBS S. Roque do Pico	Reformulação do PEE, congregando todo o conhecimento da UO para uma melhor objectivação das respostas às situações encontradas; Reformulação do PCE, definindo claramente os objectivos gerais e específicos da escola e os seus princípios organizativos; Conselho Pedagógico, definição dos critérios de avaliação.
ES Vitorino Nemésio	Continuar a reformulação do PEE já encetada; Reformulação do PCE; Reorganização do PCT, incorporando a informação do documento do ano anterior; realização de um teste diagnóstico; estabelecer metas de aprendizagem;

	Valorização do CP e dos departamentos no exercício das suas competências.
ES de Ribeira Grande	<p>Reformulação do PEE, procurando encontrar as respostas para as situações identificadas;</p> <p>Reformulação do PCE, congregando documentação dispersa e diversa;</p> <p>Reformulação do PCT, com especial incidência nas articulações curriculares e na avaliação;</p> <p>Conselho Pedagógico, definição dos critérios gerais de avaliação; acompanhamento da realização das articulações curriculares executada pelos departamentos;</p> <p>Departamento Curricular, optimização do exercício das competências; proceder à articulação curricular.</p>

II. 5 Edifício legislativo/gestão de processos

- O sistema educativo na Região Autónoma dos Açores apresenta, actualmente, uma construção legislativa edificada, assentando nos seguintes pilares fundamentais: Estatuto do Aluno, Estatuto da Carreira Docente e Regulamento da Gestão Administrativa e Pedagógica.
- Este edifício deve consolidar-se e assumir características específicas nas unidades orgânicas, em relação directa com a assunção da autonomia por cada uma delas.
- A diferenciação dos modelos de escola deve reflectir-se na sua prática interna, na organização do processo educativo pelos docentes.
- A disciplina/indisciplina nas escolas surge como um aspecto da maior importância, pois dela depende o sucesso escolar dos alunos e, igualmente, um outro aspecto, não menos importante, a satisfação dos docentes, com a possibilidade da realização plena das suas capacidades profissionais.
- A diferenciação pedagógica em sala de aula, deve ir ao encontro, tanto dos alunos com necessidades especiais de aprendizagem, como dos que têm capacidades, também especiais, de aprendizagem e merecem que a escola lhes forneça os meios capazes de as realizar.
- Falamos, pois de gestão de processos, garantidos que estão os meios legislativos para os operacionalizar.
- A gestão de processos deve produzir resultados e esse é o novo desafio que o sistema enfrenta e que se consubstancia na avaliação.

II. 6 Respostas ao questionário de satisfação

(de 1 – nada relevante - a 5 - muito relevante)

- Todos os intervenientes foram devidamente esclarecidos dos objectivos, da metodologia e dos instrumentos a concretizar;
- Foram suscitadas questões muito relevantes para a auto-avaliação da escola;
- A observação da prática lectiva e as considerações posteriores sobre as mesmas, bem como o acompanhamento por um elemento do órgão de gestão e das estruturas intermédias em cada um daqueles momentos foi relevante;
- A possibilidade de cada interlocutor expressar a sua opinião foi totalmente conseguida, potenciando, também por isso, o relacionamento da escola com a IRE;
- A intervenção foi considerada relevante: para melhorar o funcionamento da escola; para otimizar o trabalho dos conselhos pedagógico e executivo;
- A utilidade da observação da prática lectiva para o futuro desempenho do professor, bem como a concretização dos procedimentos foi relativamente relevante.

III. CONCLUSÃO

A acção OGCEB:

- Possibilita atitudes positivas face à auto-avaliação;
- Provoca impacto ao nível da escola;
- Permite a elaboração de Planos de Melhoria realistas envolvendo o necessário número de docentes por forma a serem extraídos dados fidedignos;
- Encara a avaliação como um processo de compreensão do que é a qualidade (ou do que poderia ser), como oposição à simples medição de padrões pré-determinados;
- Possibilita uma abordagem profissional da auto-avaliação;
- Fortalece a cultura geral da escola, a cultura da avaliação e a cultura do profissionalismo;
- A utilização de sistemas de auto-avaliação pode propiciar a criação dos mecanismos de controlo interno, necessários, porque ajudam a reagir criativa e pró-activamente aos diversos tipos de situação e desenvolvimento.

Ponta Delgada, 22 de Dezembro de 2010

PAULO PEREIRA